



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

EDUCAÇÃO NOS CAMPOS DE PECUÁRIA DO PANTANAL DA NHECOLÂNDIA

Gilberto Luiz Alves

gilbertoalves9@uol.com.br

Universidade Anhanguera

Resumo

Este trabalho resultou de projeto de pesquisa que procurou apreender o impacto da modernização tecnológica na produção sobre as idéias dos pecuaristas da Nhecolândia. Esse distrito de Corumbá é uma das mais importantes regiões de criação de gado do Pantanal sul-mato-grossense. A apropriação do objeto se fez com o concurso de fontes primárias, constituídas por memórias de criadores, e de fontes historiográficas. Foi adotado o delineamento histórico para recompor, diacronicamente, o movimento dessas idéias em sucessivas gerações de pecuaristas, desde a época de reocupação da região, após a Guerra da Tríplice Aliança. A ciência da história, tal como a entendem Marx e Engels em A ideologia alemã, corresponde ao referencial teórico. Além de ter evidenciado a permeabilidade dos pecuaristas nhecolandenses às inovações tecnológicas, a pesquisa referida revelou, igualmente, suas preocupações com a formação da prole, suas iniciativas para dar educação aos filhos e aos filhos dos empregados, além de suas reivindicações em face da educação escolar promovida pelos órgãos públicos. Este é o objeto do presente trabalho. Quanto aos objetivos, o trabalho realizou, de início, uma síntese da educação no campo, do século XIX ao nosso tempo, discutindo peculiaridades de momentos hegemonizados pela iniciativa privada, pela expansão das redes estaduais e municipais de ensino, até a proposta encetada pelo MST. O segundo objetivo descreveu e analisou as iniciativas de educação no campo na região da Nhecolândia, MS, no mesmo período, relacionando-as às mudanças econômicas operadas na pecuária. Merece realce a discussão da relação entre escola e trabalho. Há reconhecimento geral de que, ao longo do tempo, ocorreu a simplificação do trabalho do peão. A habilidade profissional desse trabalhador sempre se resolveu no exercício das fainas do campo, na escola do trabalho, e não tem qualquer relação com as habilidades intelectuais ensinadas pela escola. Contudo, quando abordam o presente, muitos pecuaristas deixam-se enredar pela discussão que confunde alfabetização e qualificação profissional. Não se dão conta da existência de um paradoxo entre suas considerações sobre o peão habilidoso de outrora, para o qual não foi formulado qualquer juízo sobre a necessidade de alfabetização, e o peão de hoje, que realiza operações mais simples, mas que, se não for alfabetizado, segundo eles, pode colocar em risco o empreendimento econômico do criador de gado. À alfabetização passou a ser atribuído papel determinante na qualificação profissional do peão, equívoco que não encontra guarida nos estudos contemporâneos sobre a matéria. Essa crença, que reivindica importante função econômica para a escola de educação geral, ao se difundir reforça o ideário liberal.

Palavras-chave: História da Educação. Educação no campo. Educação. Trabalho.

Introdução

Este trabalho é resultado parcial de um projeto de pesquisa mais ampla que procurou apreender o impacto da modernização tecnológica da produção sobre as idéias dos pecuaristas da Nhecolândia, distrito de Corumbá e uma das mais importantes regiões de criação de gado do Pantanal. A apropriação do objeto se fez com o concurso de fontes primárias constituídas por memórias produzidas por criadores.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Foi adotado o delineamento histórico para recompor, diacronicamente, o movimento dessas idéias em sucessivas gerações de pecuaristas, desde a época de reocupação da região, após a Guerra da Tríplice Aliança.

Ligada por relações de parentesco, a primeira geração desses pecuaristas compartilhou a recuperação econômica da Nhecolândia, destruída pelo conflito platino. No início da década de 1880, Nheco Gomes da Silva, filho do Barão de Vila Maria, reivindicou essa propriedade que fora de seu pai. Reconhecido seu direito, convidou os irmãos de sua esposa para ali se instalarem e ajudarem na recolonização da vasta área. Bandeando-se de Livramento, Mato Grosso, para o sul do Estado, os cunhados, juntamente com Nheco, plantaram os fundamentos da pecuária na região em fins do século XIX. Realizaram um empreendimento solidário, cujos eventos mais marcantes foram registrados em memórias por representantes de sucessivas gerações. Essas memórias, ao recomporem ampla e detalhadamente os acontecimentos relatados, asseguram uma visão de conjunto do processo de desenvolvimento da criação de bovinos na Nhecolândia.

O primeiro memorialista foi José Barros, o *Jejé*, um dos pioneiros, e se propagou para outros membros da família nas gerações seguintes. Todos os memorialistas revelam estreita ligação afetiva com o Pantanal. Por isso, suas obras, além de um extenso manancial de reflexões sobre a produção regional e a vida dos homens organizados em torno dela, são, também, um preito de amor à *terra paradisíaca*. Dentre elas, merecem destaque pela originalidade dos registros, pela amplitude, pela profundidade e pelo caráter sistemático, as memórias de José de Barros (1959) e de José de Barros Netto (1979 e 2001), todas transformadas em livros. Essas são as fontes centrais do presente trabalho. Propiciam complementações importantes os opúsculos de Carlos Vandoni de Barros (1934) e de Paulino Lopes da Costa (1978), bem como um ensaio de natureza sociológica de Abílio de Barros (1998).

Ao tomar como referência a *ótica do pecuarista* da Nhecolândia, expressão de uma fração da classe burguesa em Mato Grosso do Sul, o trabalho revelou, de imediato, como o homem devotado à criação de gado está muito distante de um estereótipo que o tem acompanhado, fruto de suas disputas políticas com os comerciantes da região. O pecuarista tem sido estigmatizado como figura atrasada e avessa ao progresso. Um dos aspectos, insistentemente repetidos, toca a questão da tímida incorporação de novas tecnologias à





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

pecuária. É como se a decisão por essa incorporação só dependesse dele e, na medida em que não a realiza ou só a realiza em escala muito limitada, estaria demonstrada a sua renitência contra a modernização da produção.

Por outro lado, o discurso do pecuarista alardeia a sua convivência responsável e equilibrada com a biodiversidade do Pantanal. Também condena a aventura e certas iniciativas desastradas de modernização, vistas como ameaças ao *equilíbrio do paraíso*.

As duas perspectivas são subjetivas, pois representações idealizadas que, tanto comerciantes quanto pecuaristas construíram, respectivamente, a partir de suas atividades econômicas e da luta política que travaram entre si, com a intenção de justificar e dar sustentação ética às suas posturas.

Já havia estudos históricos que tratavam, mesmo que sem a profundidade que a questão comporta, da gênese e do desenvolvimento dessa disputa político-econômica no Pantanal (ALVES, 1984). Mas existia carência de investigações que avaliassem melhor o grau de permeabilidade dos pecuaristas à assimilação das novas tecnologias. A pesquisa ensejou a produção de um relatório que afirma, categoricamente, não terem sido *“detectados quaisquer vestígios de reação dos pecuaristas da Nhecolândia à inovações tecnológicas, tanto aquelas que asseguravam maior bem estar aos homens, quanto as aplicáveis diretamente à produção visando à elevação da produtividade do trabalho”* (ALVES, 2004, p. 77).

A pesquisa referida possibilitou, também, o levantamento de um conjunto de informações sobre educação, que permitiu captar as preocupações do pecuarista nhecolandense com a formação de sua prole, suas iniciativas diretas para dar educação aos filhos, além de revelar suas reivindicações em face da educação escolar promovida pelos órgãos públicos. Este é o objeto do presente trabalho.

A educação no campo do século XIX ao nosso tempo: um esboço de síntese

Nos sertões do Brasil, até meados do século XX, discutir educação escolar no campo representava adentrar por esfera quase inteiramente afeta à iniciativa privada. Eram raras as





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

escolas públicas. As existentes funcionavam precariamente em vilas e povoados mais populosos, só acessíveis aos que residiam nas proximidades.

Em face da ausência do Estado, pequenos, médios ou grandes proprietários, muitas vezes, organizavam-se em torno de iniciativas financiadas pela cooperação coletiva, quando não por um único proprietário mais aquinhado, que assumia inteiramente o pagamento do salário do professor. Não raro, oferecia-lhe, inclusive, alojamento e alimentação, na sede da fazenda, e local onde ministrava suas preleções. As aspirações quanto à extensão do ensino oferecido eram limitadas, circunscrevendo-se às habilidades de ler, escrever e contar. Não só os filhos dos proprietários beneficiavam-se dos serviços dos professores contratados na *cidade*. Por vezes, alguns filhos de empregados tinham acesso às *luzes* trazidas por esses mestres.

Como a demanda se resumia ao ensinamento dos rudimentos da leitura, da escrita e das operações de aritmética, muitos professores realizavam um trabalho itinerante, exercendo suas atividades temporariamente num local para, logo em seguida, deslocar-se para outro onde seus serviços eram igualmente solicitados.

Com a escassez de professores ou pelo custo de seus serviços, também familiares dos patrões, ainda na primeira metade do século XX, se dispunham a ensinar as crianças a ler, escrever e contar.

Nas regiões mais afastadas, mesmo os filhos dos proprietários não ultrapassavam o domínio dessas habilidades básicas. Voltados para os empreendimentos familiares, sua formação se completava na “*escola do trabalho*”, segundo a expressão de um memorialista.

Na segunda metade do século XX, o afastamento dos proprietários para as cidades ensejou um movimento de pressão para que o Estado assumisse a responsabilidade pela manutenção de escolas públicas na zona rural. Com variações no tempo e de acordo com suas possibilidades econômicas, as unidades federadas e os municípios começaram a estender suas redes escolares no campo. Mas, longe de resolver carências educacionais, até a década de 1970 as escolas rurais eram verdadeiros simulacros do ponto de vista cultural. Professores leigos não tinham condições de ensinar o que eles próprios ignoravam. Mas eram figuras importantes no jogo político local, pois manipulados ao sabor dos interesses menores dos chefes partidários. Há, inclusive, inúmeros casos relatados de inspetores escolares analfabetos, investidos nesses cargos





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

por serem cabos eleitorais dos políticos situacionistas. Ainda na década de 1960 e início da década de 1970, o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário – PAMP, ligado ao MEC, sentiu essa situação vivamente. Ao pretender qualificar os professores leigos por meio de cursos desenvolvidos nas férias, o PAMP via seus esforços se esvaírem todas as vezes que a oposição ganhava eleições nos município ou unidades federadas. Sem garantias contratuais, os professores rurais eram exonerados e assumia o magistério um novo contingente de leigos. Esse esforço de Sísifo condenou o programa e o levou à extinção.

Mas à medida que as redes escolares das unidades federadas e municípios estendiam-se pela zona rural, intelectuais e educadores começavam a discutir rumos a serem impressos ao desenvolvimento da educação. No movimento escolanovista, Carneiro Leão foi um intelectual que demonstrou vivo interesse pela educação no campo (BEZERRA NETO e BEZERRA. In: ALVES, 2009, p. 255-278). Nos estertores da Primeira República, Sud Menucci foi das vozes mais ativas do movimento denominado *ruralismo pedagógico* e suas propostas ganharam grande repercussão (MATTOS. In: ALVES, 2009, p. 227-254). À época, grande parte da população vivia na zona rural e as atividades econômicas dominantes no País se circunscreviam, sobretudo, à agricultura e à pecuária.

Sud Menucci afirmava ser necessário

separar o ensino das cidades do ensino dos meios rurais e do ensino da zona litorânea. É mistér diferenciá-los quanto á sua orientação e ao seu alcance, cindi-los para que produzam três mentalidades absolutamente diversas e que, no entanto, reciprocamente se completem para o equilíbrio social do organismo nacional. Em ultima analise, temos de criar, com características proprias e intrinsecas, o homem da cidade, o homem do campo, o homem do mar. E criá-los sem que um inveje a sorte do outro e se julge (sic) em plano inferior na escala social. (MENNUCCI, 1934, p. 188)

Por experiência pessoal, continuava o principal ideólogo do movimento, assistira “o fracasso completo da escola rural comum”, pois seus “propugnadores” simplesmente haviam enxertado no campo a “escola da cidade”. Portanto, ignoraram o fato

de que a escola da cidade estava em harmonia com as aspirações citadinas, mas em oposição formal aos desejos dos meios campestinos. Teria bastado para condená-la, a verificação quotidiana de que o mestre era um estranho ao meio rural, que não conhecia e menos lhe compreendia as mais elementares necessidades.” (MENNUCCI, 1934, p. 189)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Idealizações dessa natureza pouco influíram nos rumos da educação no campo ao longo do século XX. Pesquisas vêm evidenciando descaminhos que dominaram as práticas das escolas rurais, mas que só se revelam na sua inteireza quando se têm em conta as transformações econômicas do campo. Nas regiões mais desenvolvidas elas produziram trabalhadores que se ocupam sazonalmente nas atividades organizadas pela agroindústria. Muitos deles, oriundos da zona rural, vivem hoje nas sedes dos municípios e, até mesmo, em cidades mais distantes. Alguns trabalhadores, como mecânicos e administradores, nascidos e formados nas cidades, vivem agora em estabelecimentos rurais. Os professores, quase sempre, são figuras do meio urbano. Os instrumentos de trabalho do professor, entre os quais domina o manual didático, são os mesmos utilizados nas regiões urbanas do País. A integração dessas áreas rurais com as cidades é muito estreita, como se deduz. Paradoxal é o fato desses mesmos professores clamarem por materiais didáticos mais adaptados às “necessidades” da zona rural; falarem em “êxodo rural” e em “cultura” específica do campo. Esses reclamos são manifestações ingênuas do senso comum disseminado entre os educadores. As escolas rurais só ganham alguma singularidade pelo fato de adotarem calendários adaptados às atividades econômicas do campo, ou, como decorrência da escassez da clientela em algumas regiões, por formarem classes multisseriadas.

Certas mudanças, em especial a profissionalização do magistério associada à prática de concursos públicos, ensejaram a possibilidade de superação do professor leigo. Em poucos anos, entre o final do século XX e início do século XXI, a aparência de modernização da educação pública no campo se aprofundou por força de outros visíveis indicadores, como a substituição dos espaços de funcionamento. Os antigos ranchos e casas improvisadas deram lugar a novas edificações. Os recursos didáticos já não são tão precários, sobretudo pela afluência de livros didáticos distribuídos pelo Governo Federal. Logo, aproximam-se, também do ponto de vista do conteúdo didático, as escolas rurais de suas congêneres da zona urbana.

Mas a política para a educação rural ainda caminha ao sabor de soluções mecânicas e reiterativas. Controlam-se os números da demanda e, se atingem um patamar mínimo, abrem-se escolas. Se os números da matrícula caem, fecham-se escolas. Por força da rarefação populacional, em algumas regiões, a exigüidade de alunos torna factível, quase sempre, o surgimento de salas multisseriadas. Os professores, de forma dominante, são oriundos das





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

idades, situação muitas vezes determinante do fechamento de escolas. Nas regiões mais pobres, desanimados com as condições precárias das escolas rurais; impactados pelas condições não menos precárias de existência a que se sujeitam no campo, alguns acabam por abandonar suas atividades pedagógicas e voltam para as cidades. O apoio de fazendeiros, de organizações de trabalhadores e dos habitantes de pequenos vilarejos é vital, muitas vezes, para o funcionamento das escolas rurais.

Um fato substantivo é o deslocamento sistemático da clientela escolar entre o campo e a cidade. Isto é diário na vida dos jovens nos municípios mais desenvolvidos do País. Esses municípios estão fechando escolas rurais e oferecendo facilidades de transporte para que todos tenham acesso às escolas urbanas. Mesmo em regiões mais pobres e rarefeitas, a situação de quem vive no campo não é a de isolamento ou afastamento das cidades. As trocas entre campo e cidade, não só de mercadorias, são sistemáticas e intensas, o que torna questionável a idéia de uma autônoma *cultura do campo*. As cheias no Pantanal, por exemplo, impõem a migração do grosso da população rural para regiões mais seguras, inclusive as cidades. O mesmo se dá quando dos períodos de proibição da pesca. Os manuais didáticos, com a mediação do Programa Nacional do Livro Didático/MEC, são os mesmos no campo e na cidade. O rádio, há muito tempo, mantém os trabalhadores rurais informados sobre os acontecimentos nas cidades próximas e, também, nos grandes centros culturais do País. As antenas parabólicas tornaram a televisão presença obrigatória nas fazendas. O conteúdo das novelas de televisão, os resultados do futebol, os entreveros dos programas sensacionalistas são objetos de discussões entre trabalhadores e suas famílias, inclusive nos assentamentos e acampamentos do MST.

As distâncias imensas, que, em certos locais, ainda dificultam a solução da oferta de escolas nas cidades para as crianças e jovens do campo, por oposição ao que vem ocorrendo nos municípios dos estados mais desenvolvidos, são um imenso incentivo para a superação da “mesmice” que marca as políticas educacionais. No horizonte já se coloca a possibilidade de utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação para superação de necessidades educacionais criadas pela distância. Para tanto, estão suficientemente amadurecidas as condições objetivas, expressas pelos instrumentos já disponíveis, e subjetivas, encarnadas nos quadros das universidades espalhadas pelo Brasil. Falta, unicamente, a conjugação de esforços entre os





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

administradores da União, dos Estados, dos municípios e das universidades para que projetos educacionais dessa natureza sejam formulados e colocados em prática.

O reconhecimento, portanto, é o de que as políticas encetadas por municípios e unidades federadas em relação à escola da zona rural ainda são tímidas. Daí a relevância da proposta educacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, configurada na expressão *educação do campo*. Ela chamou a atenção para o estado de abandono da educação na zona rural e deu-lhe visibilidade política (BEZERRA NETO. In: ALVES, 2009, p. 1-21).

Por força da competência e do proselitismo exercido pelo MST, a proposta de *educação do campo* saiu dos limites do movimento e se transformou em política pública dos governos do Partido dos Trabalhadores. Contudo, a hegemonia da proposta pedagógica do MST dentro do partido que governa a União e governou o Estado de Mato Grosso do Sul é precária e não gera os resultados imaginados por seus ideólogos. A hegemonia cinge-se ao discurso. A concepção de pedagogia do MST não está fundada num diagnóstico conseqüente da escola moderna e da organização do trabalho didático que a tem particularizado (ALVES, 2005). Essa organização anacrônica é a mesma conferida por Comenius, no século XVII, e funciona sob o primado dos instrumentos de trabalho didático. A proposta pedagógica do MST não revela a mais tênue consciência desse fato, tanto que consagra centralidade ao manual didático e, nesse sentido, não se distingue essencialmente da rotina dominante nas escolas da zona rural. No plano do discurso afirma subordinar-se à proposta de reforma agrária do movimento. Mas o discurso revela, também, incoerências decorrentes da incorporação de discutíveis entendimentos sobre a relação entre campo e cidade, entre escola e trabalho e a cultura (ALVES. In: ALVES, 2009, p. 89-158).

De fato, o MST não tocou a materialidade da escola. Quer uma nova escola, mas não rompe com a escola manufatureira do século XVII. Quer um novo professor, sobretudo um cidadão politizado, mas não compreende que a formação desse profissional passaria por um tipo de conhecimento que não circula em sua escola. Esse conhecimento, passível de ser assimilado nos clássicos, nos museus e na produção dos centros científicos mais avançados do mundo, possibilitaria aos professores o desenvolvimento de uma sólida base de cultura geral e, como decorrência, potencializaria um processo de politização de quadros mais fecundo. O MST quer, por fim, formar um aluno criativo e autônomo, mas não tem clareza de que o primado do manual





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

didático, que oferece tudo pronto ao estudante, além de escravizar o professor às suas rotinas, não cria situações que viabilizem a formação dessas atitudes nos jovens.

O mais paradoxal é que o MST também repete, em nossos dias, um discurso parecido ao de Sud Mennucci ao reivindicar uma educação adequada à “*realidade do campo*”. Representa, porém, uma fração de classe muito distinta dos pecuaristas e cafeicultores da Primeira República. Se Mennucci encarnou os interesses desses proprietários rurais, forças dominantes economicamente, então, hoje repetem as mesmas idéias e os mesmos refrões os expropriados da terra, aqueles que pretendem ser reentronizados à condição de proprietários.

José de Barros: um pioneiro da Nhecolândia e a valorização da educação escolar

A memória escrita pelo pioneiro José de Barros, denominada **Lembranças** (1959), reúne um conjunto de anotações que se inicia por uma breve biografia do autor. Em seguida, descreve as iniciativas levadas a cabo pelos criadores durante a época de formação das fazendas de gado da Nhecolândia, a modernização progressiva da pecuária, o movimento anual da produção, os acontecimentos referentes à vida dos familiares e as festas na região. Os registros foram produzidos entre 1910 e 1938 e têm caráter seletivo, pois se resumem aos acontecimentos mais relevantes, discriminados por dia, mês e ano. O conteúdo não se estende para além do essencial. Quanto à forma, as anotações são telegráficas e diretas.

A trajetória escolar desse homem confirma o quadro da educação rural já delineado. No último terço do século XIX, ainda criança e filho de uma família de pequenos proprietários de terras, não dispunha de recursos para avançar seus estudos além das primeiras letras. Mas, os registros de sua memória evidenciam que o jovem valorizava os estudos e que sua sede de saber seria truncada pelos deveres econômicos assumidos dentro da família.

Com a idade de nove anos comecei a frequentar a escola pública de Livramento, regida por um professor na idade de quasi setenta anos.

No começo do ano de 1870, o professor, pela sua velhice, já pouco ou nada ensinava, razão que fez meu pai mandar-me a Cuiabá, aonde estive na escola até novembro do mesmo ano, tempo em que voltei para Cocaís.

No ano seguinte entrei em uma escola no Livramento, cujo mestre se chamava José Cyrilo.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Não tenho certeza se foi em 1873 ou 74 que me despedi da escola, pois já sabia ler, escrever e fazer as quatro operações principais da Aritmética; e era bastante, tendo em vista os nossos recursos.

Agradeço a meu pai e a minha mãe esse benefício que nunca lhes pude pagar. Muito tem me servido o pouco que aprendi. (BARROS, 1959, p. 10)

Sem sentir “*saudades do pêsso da palmatória*”, o jovem enveredou-se pela “*escola do trabalho*”. Aprendeu “*a lidar na roça, moer cana, carrear, campear e até cosinhar*” (BARROS, 1959, **loc. cit.**). Mas, enquanto crescia, aumentavam também suas aspirações culturais, cerceadas pela necessidade econômica de permanecer trabalhando junto aos pais.

Senti vontade de aprender gramática portuguesa, porém era impossível: já era sensível a minha falta na roça e no engenho.

Desejei assentar praça, para, como soldado, poder estudar, e vi uma barreira inexpugnável a transpor para levar a efeito esse projeto. A minha despedida faria um alarme em meu lar; e demais, sempre me faltou coragem para apartar-me de minha família.

Compreendia que o meu dever consistia em ajudar meu pai e minha mãe a criar meus irmãos menores. (BARROS, 1959, p. 12, grifo nosso)

A “*escola do trabalho*”, contudo, contribuía para ampliar os seus horizontes e a sua formação. Ajudando a conduzir boiadas, conheceu São Luiz de Cáceres e voltou a Cuiabá. Mudando-se para Cáceres em 1882, com o irmão começou “*a lidar com negócios e uma chácara nos subúrbios da cidade*.” Estabelecendo transações “*com uma pequena taverna*”, passaram a obter “*melhor preço*” para os gêneros que produziam na chácara. Ajudaram a construir com as próprias mãos uma casa, livrando-se, dessa forma, do aluguel. Para tal, aprenderam a fabricar adobes (BARROS, 1959, p. 13-6) e ofereciam aos carpinteiros e pedreiros seus serviços como auxiliares. Com a colaboração de “*um camarada lavrador*” aprenderam “*a lavar a madeira*.” (BARROS, 1959, p. 17). Aprenderam, também, a “*construir com as madeiras uma espécie de jangada nos costados de um batelão e fazê-la rodar pelo rio*” (BARROS, 1959, p. 18), recurso que se revelaria fundamental, mais tarde, quando ocuparam a região da Nhecolândia no Pantanal de Corumbá. Aos 26 anos teve experiência como administrador do “*Sítio da Jacobina*”, famosa propriedade cujas origens radicavam-se na época colonial. No final de 1885, foi contratado “*para tomar conta de um armazém, e fornecer ao Batalhão 19.º*” (BARROS, 1959, p. 23). Reconheceu não ter prática de comércio e viu-se “*por muitas vezes atrapalhado*”, mas compreendeu o serviço e “*dentro de um mês já trabalhava regularmente*” (BARROS, 1959, p. 24). Quase um ano

4480





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

permaneceu nessa atividade. Após desligar-se, estava completo o ciclo formativo que a “*escola do trabalho*” lhe propiciara. O pioneiro estava suficientemente preparado para enfrentar os desafios que a vida lhe reservava.

Após o deslocamento dos familiares para a região de Nhecolândia, os registros de suas memórias patenteiam, nos primeiros tempos, o estado de extrema carência material desses homens devotados quase que exclusivamente à formação de seus rebanhos. Quando precisavam de produtos que não pudessem fabricar, carneavam uma rês, faziam charque e trocavam com os comerciantes corumbaenses. Em viagens que duravam dias, levavam esses produtos em barcos movidos a zinga até a cidade.

Mas, mesmo em face das dificuldades materiais, os filhos mais velhos afastavam-se durante anos das propriedades para realizar seus estudos de nível primário e secundário. Ainda no início da década de 1890, Nheco Gomes da Silva levava seus “*meninos*” para “*ficarem no colégio de Cuiabá*” (BARROS, 1959, p. 31). Um dos filhos mais velhos de José de Barros, Aristides, também realizou parte de seus estudos na mesma cidade (BARROS, 1959, p. 49). Porém, o desenvolvimento de Corumbá, cidade portuária que se transformara no principal centro de abastecimento de Mato Grosso após a Guerra da Tríplice Aliança, progressivamente ensejava maiores oportunidades de educação aos filhos dos proprietários rurais. No ocaso do século XIX, por exemplo, à chegada da Congregação Salesiana se sucedeu de imediato a implantação de um colégio. Já em 1900, situação que se repete nos registros referentes aos anos seguintes, a memória de José de Barros patenteia estarem as “*crianças [matriculadas] na escola dos Salesianos*” (BARROS, 1959, p. 46).

Em paralelo, o estudo das primeiras letras já poderia ser realizado na Fazenda Firme, a base inicial do processo de expansão da pecuária na Nhecolândia. Em 1899, José de Barros assevera que “*no Firme tem atualmente um bom professor, o Laffaiete P. de Arruda*” (BARROS, 1959, p. 44). Esse professor, da mesma forma que em outras regiões rurais do Brasil, realizava um atendimento itinerante, pois resumido ao ensino das habilidades de ler escrever e contar. É expressivo o registro do memorialista, que afirma: “*deixei [minha família] no Firme para que os meninos aproveitassem o professor Laffaiete que **ainda** ali estava.*” (BARROS, 1959, p. 47, grifo nosso)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A década de 1910 é um divisor no processo de formação dos filhos dos pecuaristas. Começavam a retornar às fazendas os filhos mais velhos, depois de concluídos os estudos de nível secundário. Todos se incorporavam à “*escola do trabalho*”. Esse é um dado que permite inferir os limites da pecuária ainda praticada na Nhecolândia, nesse instante. Os fazendeiros continuavam formando seus rebanhos e dispunham de poucos produtos para troca. Daí a necessidade dos filhos mais velhos serem integrados à vida econômica dos estabelecimentos agropastoris.

Mas esse quadro tendia a mudar rapidamente. Logo em seguida o gado passou a ser objeto de troca. Com a intensificação do comércio, a vida desses rústicos homens começou a mudar de forma sensível. Elevou-se o padrão de qualidade de vida das famílias nas fazendas pela construção de casas confortáveis; instalações hidráulicas se disseminaram; as terras foram cercadas enquanto casas eram edificadas também na cidade. Em paralelo, inovações tecnológicas eram incorporadas à produção e compras de matrizes selecionadas melhoravam a qualidade do rebanho bovino. Com o aumento de seus lucros, os pecuaristas passaram a assegurar, também, novas oportunidades educacionais para os filhos mais jovens.

Já no início da década de 1910, João, filho de José de Barros, depois de ter estudado em escolas primária e secundária de Corumbá, esteve por algum tempo em colégio de Cuiabá. Entre 1913 e 1914 há registros de que “continua a estudar preparatórios em São Paulo” (BARROS, 1959, p. 59). Em 1915 “seguiu para o Rio, afim de continuar os estudos” (BARROS, 1959, p. 60). No ano de 1922, o jovem formou-se em medicina no Rio de Janeiro (BARROS, 1959, p. 67). As mulheres também passaram a usufruir de educação escolar mais refinada. Há anotações que informam sobre a matrícula da filha Julieta no “colégio Sion de Petrópolis” (BARROS, 1959, p. 61, 63). Quanto aos netos, passaram a se afastar, sistematicamente daí por diante, para a realização de estudos nos centros culturais mais importantes do Brasil.

Nessa fase, a continuidade dos estudos da prole foi algo muito característico dos pecuaristas da Nhecolândia. Os criadores da Serra de Maracaju se surpreendiam com esses homens que começavam a ter em suas famílias uma elevada quantidade de doutores. A prática dominante, ainda, era a de direcionar os filhos, muito cedo, para encargos dentro dos empreendimentos econômicos familiares.





As informações reunidas ajudam a ilustrar a tendência geral da educação no campo até meados do século XX. Daí por diante, mudanças econômicas foram responsáveis pelo aguçamento das carências educacionais na zona rural, em especial das ligadas ao ensino das primeiras letras. Paradoxalmente, a expansão econômica da pecuária deixava a região mais abandonada no que se refere às oportunidades educacionais. As iniciativas de caráter privado, que asseguravam a permanência do ensino das primeiras letras no campo, começavam a se dissolver. É o que demonstram os escritos de um descendente de José de Barros.

Zelito de Barros: um burguês prático em face da modernização da produção e da educação no campo

José de Barros Netto, o Zelito, integra a terceira geração da família Barros, desbravadora da região da Nhecolândia. Homem afável, sensível e introspectivo, não gosta de falar em público. É humilde e contido ao expor as suas idéias, que prefere registrar por escrito. Quando o faz, essas idéias revelam densidade, pois são produtos de detida reflexão. Não fez curso superior. Teve que interromper os estudos de medicina quando a morte do pai o obrigou a retornar para assumir os negócios da família. Demonstrou raro tino na gestão de seus bens. Ampliou-os significativamente tornando-se um dos mais bem sucedidos pecuaristas da região. Por manter-se muito apegado ao seu empreendimento e por procurar desenvolvê-lo de forma sistemática, estabeleceu como norma a reflexão permanente e cuidadosa sobre suas iniciativas. Com consistência, por isso, suas idéias são reveladoras do que faz e dos ditames da produção. Não há lugar para o diletantismo no seu discurso. Suas idéias lembram muito os porta-vozes da burguesia nascente, nos albores da época moderna, quando, ao discutirem as novas idéias, viam-se obrigados, sempre, a legitimá-las com considerações sobre o trabalho e sobre a produção. Por isso, é pertinente vê-lo, sobretudo, como um burguês prático. Coaduna-se com esse entendimento o juízo do próprio autor sobre o que escreve. Segundo ele, o seu *“trabalho é voltado para o empirismo e amparado unicamente na evidência dos fatos.”* (BARROS NETTO, 1979, p. 15)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Zelito de Barros escreveu dois livros: **A criação empírica de bovinos no Pantanal da Nhecolândia** (1979) e **A vontade natural e o Pantanal da Nhecolândia** (2001). São as informações neles registradas que lastreiam e fundamentam as considerações desenvolvidas na seqüência.

Quanto ao desenvolvimento material da pecuária na região, reiterativamente, Zelito clama por condições que facilitem o transporte de mercadorias. Enquanto isso não ocorrer, reconhece ser a pecuária a única prática econômica adaptável às condições naturais aí dominantes.

A Nhecolândia, como se trata de uma região ainda sem infra-estrutura de desenvolvimento, presta-se unicamente à pecuária, ficando a agricultura para quando existir transporte fácil. Na inexistência deste, até mesmo a pecuária não tem como se desenvolver, limitando-se àquela estagnada em uma exploração primitiva. (BARROS NETTO, 1979, p. 18)

Os contornos desse discurso aparecem repetidamente em sua obra, a exemplo do que se demonstra na seqüência.

[...] sem estradas, a pecuária mesmo, por mais rústica que seja, não poderá passar da fase de criação; será impraticável o estágio da engorda em vista do considerável desgaste físico nas longas caminhadas até o ponto de abate. Assim está o nosso Pantanal. Deixado ao abandono por décadas e décadas, até mesmo por um século, ele vem se arrastando penosamente no seu estágio de ‘criação’, sem aumentar nem sequer sua produtividade, conservando a produção do seu rebanho somente com aquela que a natureza permite, quase sem interferência do homem, já que este pouca coisa pode fazer, a não ser por diletantismo. (BARROS NETTO, 1979, p. 29)

Essa interpretação mais geral da atividade econômica dominante na Nhecolândia não pode ser entendida como um subterfúgio à necessidade de introduzir novas tecnologias na produção, a exemplo do que adversários dos pecuaristas, no interior das lutas políticas, advogam. Existe no discurso de Zelito um sincero desejo de ver a região bafejada pela introdução de inovações. Ele mesmo sempre se manifesta disposto a realizar a sua parte. Mas, em nenhum momento, como burguês prático que é, se dispõe a praticar aventuras inovadoras. Reconhece que as condições materiais da produção levantam barreiras não removíveis pelo voluntarismo de homens bem intencionados nem pelo aventureirismo.

A discussão que realiza sobre o meio de transporte ideal no interior das fazendas do Pantanal é lapidar, nesse sentido. Afirma existir “*certa polêmica*” entre os pecuaristas, quando





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

discutem a utilização dos tratores, reconhecidamente “*rápidos e versáteis*”, de um lado, por oposição à das carretas de bois, de outro. Como todo burguês, sua discussão leva em conta, inicialmente, os “*custos do transporte*”. Mas, para Zelito, é difícil fazer o cálculo dos custos respectivos, pois deverá ser examinada “*uma série enorme de fatores determinantes, como capital investido, manutenção média, tempo necessário à execução de determinado transporte, custos com tratoristas e carreiros, etc.*” (BARROS NETTO, 1979, p. 101). Tendo sempre em vista a questão dos custos e sendo conhecedor profundo da região onde vive, entende que “*o modo de se chegar a uma conclusão mais exata é a observação do comportamento do próprio pantaneiro*” (BARROS NETTO, 1979, p. 102).

Nos períodos em que o boi estava valorizado e antes da alta do petróleo, a tendência geral foi para maior utilização de tratores, ao passo que no quadriênio 74-78, quando a economia pantaneira entrou em colapso, houve uma tendência para a volta à era das carretas; o que demonstra, em questão de barateza de custos, serem estas as mais indicadas. (BARROS NETTO, 1979, p. 102)

Com esse julgamento se revela sua postura em face das tecnologias. Uma inócua vontade modernizadora poderia animar sua opção pelo trator. Mas não é o que sucede. Com seu espírito prático, sem negar a “*rapidez*” e a “*versatilidade*” desse meio de transporte, o considera a partir da produtividade do empreendimento realizado pelo pecuarista. Em face do “*colapso*” da pecuária pantaneira, entre 1974 e 1978, o comprometimento da taxa de lucro motivou o empresário rural a abandonar uma tecnologia mais avançada em detrimento de outra, vista como mais atrasada. Logo, não se revela no raciocínio desse burguês prático qualquer aversão dirigida contra a tecnologia mais avançada nem apego aferrado às práticas tradicionais. As tecnologias são utilizadas na produção a partir de uma fria análise centrada nos custos e, obviamente, no lucro.

Zelito, em definitivo, não é daqueles que valorizam incondicionalmente a “*coragem*”. Mas sua atitude nada tem de timidez nem deve ser tributada à renitência contra a incorporação de novas tecnologias à pecuária. Ao contrário, sua atitude é positiva, pois decorre do reconhecimento da necessidade de um pré-requisito fundamental: o conhecimento científico-tecnológico. Ele se lamenta pelo fato de os estudos existentes não serem adaptados às peculiaridades da região.

[...] a pecuária pantaneira, que tanto difere da de outras regiões devido às tão diferentes condições apresentadas pelo Pantanal em termos de ecologia, em

4485





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

matéria de registro de técnica é quase virgem; porque a não ser alguns livros que se vêem, mais propensos a alcançarem questões de geologia ou história, ou outro aspecto qualquer, quase nada se encontra que se refira à criação de bovinos. (BARROS NETTO, 1979, p. 23)

Por isso, saúda a iniciativa da Universidade Estadual de Mato Grosso que, pela sua unidade de Corumbá, implantara, recentemente, o Curso de Tecnólogo em Administração Rural. Anima-se, também, com o Prodepan (Programa de Desenvolvimento do Pantanal), cujos técnicos já podiam ser encontrados na região, onde procuravam *“desvendar os segredos da criação pantaneira, estudando-a, sentindo-a, para, ao lado dos fazendeiros, buscarem um denominador comum, associando seus conhecimentos às observações empíricas do criador.”* (BARROS NETTO, 1979, p. 24)

Ao referir-se ao Prodepan, discrimina as cinco áreas prioritárias para a aplicação de investimentos: Transporte, Energia, Saneamento, Pecuária e Indústria. Dos recursos alocados pelo Programa, 36,4% seriam aplicados na produção de *“uma malha viária, estrategicamente disposta”*, para dar *“vazão à produção”*. Os investimentos já estariam financiando pesquisas realizadas por técnicos da Embrapa e da Emater, *“os primeiros cuidando principalmente da pesquisa de pastagens e os segundos da implantação de uma tecnologia própria para o desenvolvimento da criação”*. Dessa forma, já se viabilizara a orientação aos pecuaristas quanto aos *“rumos técnicos a seguir”*. Segundo Zelito, *“o financiamento adequado ao Pantanal viria para apressar essa arrancada para o progresso.”* Mas, alerta, se a

[...] parte técnica já veio e já está funcionando, (...) as estradas ainda estão no ‘nascidouro’ e sente-se que de nada valerão as técnicas recomendadas, se não tivermos condições de incentivo para aplicá-las, incentivos esses alicerçados nas comunicações, ou melhor, nas estradas, pois, com elas a rentabilidade do criatório aumentará e, aumentando, os reinvestimentos apropriados também acontecerão, certamente. (BARROS NETTO, 1979, p. 30)

Finaliza reafirmando a necessidade de desenvolvimento de tecnologia apropriada à região, ao colocar em primeiro plano o que a diferencia, a sua peculiaridade: no Pantanal da Nhecolândia *“todos vivem de acordo com o comportamento das águas.”* (BARROS NETTO, 1979, p. 70)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Vale fazer o registro de um único momento em que Zelito de Barros deixa de ser o burguês prático que tipifica seus escritos. Realiza uma reflexão destoante quando, amante do pantanal que o viu nascer, se deslumbra ante o que a região representa como espetáculo da natureza. Compara-a ao Éden.

O pantanal da Nhecolândia é assim como o Éden; não há o que tirar nem pôr. É a origem de tudo, é a felicidade, o amor, é Deus... É onde ainda se encontra a solidão em meio a tantos seres; é onde ainda se pode acreditar nos vivos que nos rodeiam; é onde ainda o homem se sente pequenino ante o Ser Supremo e, humildemente submete-se ante a grandiosidade da Natureza. (BARROS NETTO, 1979, p. 19-20)

Faz, então, uma reflexão pessimista sobre o que o progresso ensinará ao “paraíso”, análise que não tem paralelo com aquilo que se manifesta como tendência dominante em sua obra. Ao contrário, suas reflexões de natureza econômica reconhecem, consistentemente, a importância das estradas para o desenvolvimento regional, inclusive da pecuária, mas, nesse momento, entende os cortes e os recortes que elas traçarão no pantanal como uma ameaça.

Às vezes, sinto uma tristeza imensa ao ver que planejam destruir tudo isso. Planejam cortá-lo com estradas. É assim como se estivéssemos expulsando Deus da sua terra. É assim como se uma horda de bárbaros invadissem (sic) uma região para fazer dela o caos. (BARROS NETTO, 1979, p. 20).

O “progresso”, segundo essa reflexão, seria “o fim de tudo, não o começo. O progresso é a desgraça geral, o deserto!” Projetando-se para o futuro, Zelito torna-se triste e nostálgico, terminando por construir uma prospectiva que antevê a destruição da harmonia natural da região pantaneira, algo que figuradamente traduz como a “expulsão de Deus do paraíso” (BARROS NETTO, 1979, p. 20).

Quem analisa seus escritos não deixa de notar a incompatibilidade desse sentimento em face da idéia, dominante em outros passos, de que “necessário será criar-se uma infraestrutura de desenvolvimento que se traduza em cortar o Pantanal com estradas principalmente” (BARROS NETTO, 1979, p. 31, 71). Ele próprio quer a modernização, mas lastima seus efeitos sobre o meio ambiente.

Outro aspecto dissonante, detectável em seu discurso, emerge das reflexões referentes à educação no pantanal. O memorialista escreve de forma a revelar, em especial, suas





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

preocupações com o ensino das primeiras letras nos campos. Discorre extensamente sobre o processo de afastamento do homem pantaneiro de suas origens e, como decorrência, do comprometimento das condições educacionais na região.

Um problema sério, que cada vez mais vem se agravando na Nhecolândia e acredito em todo o Pantanal, é a alfabetização das crianças.

Na primeira metade do século, a residência do pecuarista era na fazenda. Raríssimos mantinham-se nas cidades. Era até criticado aquele que deixava a sua fazenda com maior frequência.

Uma simples ida à cidade com a família, especialmente, já representavam gastos que podiam pesar seriamente na sua economia. Era comum, dadas as dificuldades de locomoção, permanecerem nos pantanais durante um semestre e não raro alguns, durante o ano todo. Aqui ficou célebre o Sr. Luiz Antonio Gomes que se demorou 8 anos em sua fazenda Santa Tereza, onde passou a primeira infância dos seus 10 filhos, sem ir a Corumbá, ou qualquer outra cidade.

Nessa época, então, o problema da alfabetização das crianças não era tão notado porque quase sempre a “patroa” era a professora. E como na ocasião era até olhado com um certo desdém a pessoa que não trabalhava, dizia-se: “ela bem que podia, ao menos, ensinar aquelas crianças”; o que, na maioria das vezes, era o que acontecia realmente.

Como “calcanhar de Aquiles” do nosso desenvolvimento, este problema também foi-se avolumando. O pecuarista, face às exigências administrativas modernas tais como pagamento de impostos os mais variados – cada qual com sua época para Declaração, e, às vezes, outra para pagamento – atendimentos Bancários freqüentes e toda uma gama de necessidades da sua presença na cidade, foi paulatinamente transferindo sua residência, cada vez mais deixando a fazenda entregue a um preposto denominado capataz, que toma a si a responsabilidade pela execução dos serviços que o dono determinar.

Essa mudança fez com que as crianças, filhos dos empregados, perdessem a professora e, não encontrando outra maneira de ver seus filhos alfabetizados, os pais também foram procurando trabalho em centros populosos, com a pretensão de dar-lhes instrução. (BARROS NETTO, 1979, p. 95-6)

Logo, o afastamento da “patroa” e da família do pecuarista explicaria a razão das crianças da Nhecolândia terem ficado “sem colégio”. Mas Zelito reconhece, também, que “algumas fazendas tinham professores pagos às expensas do fazendeiro e, em outras, pelos Governos Municipal ou Estadual (fazenda Leque, Esperança, Santa Rita)” (BARROS NETTO, 1979, p. 96). Nesse passo transparece, indiretamente, certo desconforto do memorialista em relação às escolas públicas. Para ele, deveriam ser atendidas algumas condições para que essas escolas não fossem, elas próprias, fatores determinantes do “êxodo rural”.

As dificuldades de alfabetização, entretanto, são muitas, dada a enorme extensão da região e sua baixíssima densidade populacional. Somente em Regime de

4488





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

internato, tal problema talvez possa ser resolvido. Tal internato, entretanto, se for nas cidades, poderá continuar com a emigração, porque certamente haverá influência dos costumes citadinos incidindo nas atenções dos alunos.

Achamos que um ponto maravilhoso para a implantação seria na fazenda Leque, propriedade de um órgão de Governo, a Embrapa. Essa fazenda tem acesso fácil à cidade de Corumbá, fator importante para o bom funcionamento do mesmo.

Ademais, sendo um lugar já no pantanal da Nhecolândia, certamente serão encontradas ali todas as condições ambientais próprias a um aprendizado com correlação à fixação do homem ao seu lugar de origem. Isto é muito importante, considerando que essa fixação faz sentido com os altos interesses de toda a comunidade. (BARROS NETTO, 1979, p. 96-7)

Eis outro entendimento marcado pelo paradoxo. Zelito reconhece que as transformações materiais da produção desenraizaram das propriedades tanto os pecuaristas quanto os peões. Nos primeiros tempos da ocupação da Nhecolândia, todos eles aparentados compartilhavam as atividades econômicas exercidas no campo. O tempo atuava no sentido de que, sem exceção, se transformassem em proprietários. Mas, depois de plenamente ocupada a região, a produção iria gerar, progressivamente, a necessidade de braços externos. Assim surgiu e se desenvolveu um novo tipo de peão, alheio à possibilidade de acesso à terra. Enquanto isso, paralelamente, o pecuarista foi sendo tangido a se aproximar da cidade, o centro dos serviços públicos e bancários. Zelito reconhece que, ainda na primeira metade do século XX, os criadores residiam em suas fazendas. Mas, na segunda metade desse século, a situação mudou. Os fazendeiros transferiram suas residências para a cidade. Com isso, se lastima Zelito, as condições educacionais das fazendas da Nhecolândia se deterioraram, pois a professora, no que se refere às primeiras letras, era quase sempre a “patroa”.

Alguns peões, para favorecerem os estudos de seus filhos, começaram a procurar empregos na sede do município. Quando permaneciam no campo, os filhos enviados à cidade para estudar acabavam seduzidos pelas atrações urbanas e não retornavam às fazendas. Aprofundou-se, dessa forma, o desenraizamento das famílias dos peões. Essa situação, vista como um problema, poderia ser superada, segundo ele, por meio de escola que funcionasse no campo, em regime de internato. Isso contribuiria para evitar o “êxodo rural” (BARROS NETTO, 1979, p. 93-9). Sugere como local a Fazenda Leque, de propriedade da Embrapa.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nessa reflexão reside, como se deduz, uma descrença na eficácia da escola urbana voltada para o atendimento de crianças do campo. Como o ensino das primeiras letras entrava em crise com o afastamento da família do pecuarista para a cidade, ficava aberto um espaço para discutir a natureza das escolas rurais necessárias para o cumprimento da função de fixar os filhos dos trabalhadores à terra. Ao envolver-se nessa discussão, Zelito também repete o discurso típico do *ruralismo pedagógico*, difundido na primeira metade do século XX. Da mesma forma que esse movimento pedagógico, suas idéias sobre a educação se descolam do movimento que perpassa a base material. Emerge, então, um paradoxo: a escola, uma instância superestrutural, é chamada para resolver problema produzido pelas mudanças materiais da produção. Colocando de outra forma, Zelito se anima com a tendência de modernização da pecuária na Nhecolândia e, sem pensar em mudá-la, procura atribuir à escola a impossível tarefa de eliminar um de seus efeitos, o “êxodo rural”. Quer a modernização e a estimula, mas não quer um de seus resultados, o desligamento do trabalhador do campo.

Ao se perder em idealizações sobre a fixação do trabalhador ao campo e a função reservada à educação para tal, o memorialista faz outra consideração, igualmente problemática, que imputa à ignorância dos peões possíveis problemas ligados à produção e gestão das fazendas de criação no presente. O peão analfabeto seria permanente ameaça de “prejuízo econômico para a região”.

A falta de instrução dos vaqueiros e a ausência do fazendeiro, vêm implicar em prejuízo econômico para a região. Não se pode esperar grande coisa, em termos de desenvolvimento, se a população do lugar tiver porcentagem elevada de analfabetos. O que pode produzir, hoje, um vaqueiro sem nenhuma instrução é tão pouco que a fazenda que não dispuser de alfabetizados no seu quadro de empregados jamais poderá ser bem administrada. E, portanto, os prejuízos serão evidentes.” (BARROS NETTO, 1979, p. 97)

Mas Zelino demonstrara, também, que a modernização das fazendas de criação já não exigia os hábeis peões de outrora. Tanto que, no campo, já não existia trabalhador que soubesse “curtir um couro, ou aparelhar tentos para um laço” (BARROS NETTO, 1979, p. 94)

[...] hoje o conceito de ser “vaqueiro” já não é o mesmo de 30 anos atrás, quando para ser vaqueiro havia que saber dar laçada com garbo. O vaqueiro de agora é aquele que sabe amansar o gado, sabe como “correr” uma cerca, como curar um bezerro, etc. (BARROS NETTO, 1979, p. 94-5)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Portanto, o memorialista discutira, de fato, a simplificação do trabalho do peão. Mas, em nenhum momento, falou sobre a necessidade de alfabetização como exigência para que esses antigos peões desenvolvessem suas habilidades. E não fez essa discussão porque a habilidade profissional do peão se resolvia no exercício das fainas do campo, na *escola do trabalho*, e não tinha qualquer relação com as habilidades ensinadas pela escola. Mas, quando abordou o seu tempo, Zelito deixou-se enredar pela discussão que confunde alfabetização e qualificação profissional (ALVES, 2004, p. 129-139). Não se deu conta da existência do paradoxo entre suas considerações sobre o peão habilidoso de outrora, para o qual não foi formulado qualquer juízo sobre a necessidade de alfabetização, e o peão de seu tempo, que realiza operações mais simples, mas que, se não for alfabetizado, segundo ele, pode colocar em risco o empreendimento econômico do pecuarista.

Por esse caminho, Zelito reforçou a idéia liberal de que a escola de educação geral exerce importante função econômica. Fundamentou-a atribuindo à alfabetização o papel de determinante da qualificação profissional do peão. Assim, caiu no equívoco de atribuir uma função econômica às primeiras letras que não encontra guarida nos estudos contemporâneos sobre a matéria.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz (2004). Colóquio Internacional Trabalho e Trabalhadores no século XXI: repensando a questão da qualificação profissional. **Revista Histedbr On-line**. Campinas, SP, n.º 16, v. 1, dez. 2004, p. 129-139. www.histedbr.fae.unicamp.br

ALVES, Gilberto Luiz (org.) (2009). **Educação no campo**: recortes no tempo e no espaço. 3.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados. 305 p. (Coleção Educação Contemporânea)

_____. (1984). Mato Grosso e a história: 1870-1929 (Ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro). **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n.º 61, v. 2, 2.º sem. 1984, p. 5-81.

_____. (2005). **A produção da escola pública contemporânea**. 3.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados. 276 p. (Coleção Educação Contemporânea)

BARROS, Abílio Leite de (1998). **Gente pantaneira**: crônicas de sua história. Rio de Janeiro: Lacerda Editores. 251 p.

BARROS, Carlos Vandoni de (1934). **Nhecolândia**. s.l.: s.ed. 33 p.

BARROS, José de (1959). **Lembranças**. (São Paulo): (João Leite de Barros). 92 p.

BARROS NETTO, José de (1979). **A criação empírica de bovinos no pantanal da Nhecolândia**. São Paulo: Editora Resenha Tributária. 158 p.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

_____. (2001). **A vontade natural e o Pantanal da Nhecolândia**. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 100 p. (Biblioteca Alfa-Omega de Cultura Universal, série 1ª., 37).

CORRÊA FILHO, Virgílio (1946). **Pantaneais matogrossenses**: devassamento e ocupação. Rio de Janeiro: IBGE; Conselho Nacional de Geografia. 170 p. (Biblioteca geográfica brasileira, 3)

COSTA, Paulino Lopes da (1978). **Alguns aspectos que originaram a economia do pantanal do município de Corumbá**. (Corumbá): s.ed. 32 p.

